

estudos econômicos

EDUARDO GIANNETTI DA FONSECA

Comportamento Individual: Alternativas ao Homem Econômico

CARLOS PIMENTA

Economia Política e Racionalidades

ELEUTÉRIO F.S. PRADO

Robbins e a Economia como Ciência da Ação Utilitária

JOSÉ MANUEL LOPES DA SILVA MOREIRA

Hayek e a Racionalidade Econômica: Entre o Instinto e a Razão

ANTÔNIO ALMODOVAR & MARIA DE FÁTIMA BRANDÃO

Racionalidade Disciplinar da Economia: Algumas Reflexões

MARIA CRISTINA BARBOT CAMPOS E MATOS

A Propósito da Racionalidade Camponesa: Universalidade de
Comportamentos ou Graus de Racionalidade?

ANA MARIA BIANCHI

Razão e Paixões na Pré-História da Economia

VOLUME 20 NÚMERO ESPECIAL 1990

Economia Política e Racionalidades

CARLOS PIMENTA(*)

Resumo

Analisar a racionalidade dos intervenientes no económico é questionar os fundamentos da Economia Política. Contudo, aquela problemática tem que ser teorizada num quadro conceitual que lhe é exterior. Constatase, numa primeira análise, a existência de uma racionalidade em profundidade e de uma racionalidade de superfície e, numa segunda, verifica-se que cada uma delas, e as articulações entre ambas, assumem várias formas. A maior capacidade explicativa da primeira corresponde a uma maior operacionalidade da segunda quando a sua aplicação é localizada e em situações normais. As crises são manifestações das contradições entre elas. A primeira está associada à teoria do valor-trabalho e a segunda à teoria do valor-utilidade. O materialismo histórico é o elemento unificador da articulação hierárquica entre ambas e a construção de uma nova Economia Política, fortemente assente nos conceitos de consciência possível e consciência real.

Palavras-chave: racionalidade, valor-trabalho, valor-utilidade.

Abstract

To analyse rationality of agents in the economic process is to question the foundations of Political Economy. However, that problem has to be theorized from an external conceptual framework. On a preliminary investigation it is found the existence of deep and superficial types of rationality; and on a further investigation one verifies that each of them, as well as the relations between them assume several forms. To the greater explanatory power of the first type corresponds a greater operationality of the second type when its use is specific and in normal situations. Crisis are the result of contradictions between the two types of rationality. The first is associated with the labor value theory based on labor and the second to utility value theory. Historical materialism is the unifying element of the hierarchic articulation between both and the construction of a new Political Economy, based on the concepts of possible conscience and real conscience.

Key words: rationality, labor value, utility value.

Professor Associado da Faculdade de Economia do Porto, Portugal.

(*) Agradeço as críticas e sugestões apresentadas pela professora Maria de Fátima Brandão.

Introdução

Para a Economia Política os indivíduos integrantes dos processos de produção, distribuição, circulação e consumo - caracterizadores do econômico - são agentes. São muitos: a sua arrumação faz-se, predominantemente, de acordo com a função que desempenham. Exercendo um mesmo cidadão diversas funções no econômico ele é, simultaneamente, vários agentes. Por outras palavras, o cidadão é dissecado em diferentes seres de acordo com as atividades imperiosamente exercidas para garantir a sua própria reprodução.

O cidadão é despidido da sua vivência social, repartido em múltiplos agentes, simultâneos ou ao longo do tempo, revestido de uma (s) lógica (s) de funcionamento no econômico intitulada (s) de racionalidade ⁽¹⁾. Esse agente continua a ser chamado de homem - para não se desligar inteiramente de sua origem e para poder continuar a pensar (muito), sentir (pouco) e agir (o suficiente) - econômico - para eliminar todas as vertentes concretas do social e do individual, para apenas reter as "essências" humanas, uma certa maneira de dever, estar e agir.

Este modelo é a forma de garantir a coerência, chamada equilíbrio, global do econômico e de cada uma das suas partes constitutivas, coerências auto-regulada ou regulável.

(1) Os conceitos de racionalidade serão explicitados ao longo deste trabalho. Convém, contudo, deixá-los aqui explicitados, até porque o mesmo termo vai ser utilizado em diversas acepções. Na história da Economia Política encontramos três "definições":

1. Racionalidade é a lógica de raciocínio e de comportamento atribuída pelos economistas aos agentes econômicos (para que os seus modelos existam e "funcionem").

2) Racionalidade é o conjunto de situações psicológicas que justificam o comportamento de um determinado agente.

3) Racionalidade é o conjunto de situações sociais e individuais, objetivas e subjetivas, que justificam o comportamento de um ou vários indivíduos exercendo uma ação relacionada com a produção, distribuição, circulação e consumo.

As duas primeiras definições estão interligadas pelo fato de ser a racionalidade de um agente econômico e pelos padrões culturais vigentes. As duas últimas podem estar interligadas pelas relações entre coletivo e individual, objetivo e subjetivo.

Assumindo como nossa a terceira caracterização, a freqüente referência à posição de diversos autores nos conduz à utilização dos três conceitos.

Sem equilíbrio não há modelo e sem este não há agentes. Então, é necessário, mesmo com as idiosincrasias individuais do desequilíbrio, para que haja um modelo, que estes se comportem racionalmente.

É certo que o "homem econômico" tem passado por diversas nuances. Da dominância da explicitação do seu conteúdo ético ⁽²⁾ ou psicológico passou-se para o da ação, da escolha do melhor comportamento para atingir um determinado fim ⁽³⁾. Os princípios são remetidos para uma nebulosidade mas não deixam de encontrar a sua formulação mais habitual, quando são explicitados nas curvas de indiferença e de isoproduto.

De fato, basta termos presente o primado do mercado na teoria neoclássica e a sua estruturação em torno das curvas de oferta e procura para constatar-mos a presença da referida racionalidade. Uma curva da procura não é determinável econometricamente. Assenta-se na pressuposição de um conjunto de comportamentos assumidos como normais. Normais porque, consideradas as outras variáveis como um dado - o que é aceitável num esforço de simplificação de um modelo -, os agentes que procuram visam maximizar uma dada situação, comportam-se como uma máquina calculadora de utilidades (PATINKIN, 1959, p. 7).

Todas as descrições se processam admitindo que o comportamento dos agentes se situa numa dada curva e não fora dela, isto é, fora desse comportamento maximizador e de uma informação adequada. Até os casos considerados

(2) O "homem econômico" é apresentado da seguinte forma por COTTA (1977):

Homem ideal, perfeitamente racional, utilizado por numerosos "teóricos". Foi com base na hipótese de que o meio econômico é um meio homogêneo, composto de uma massa de indivíduos todos semelhantes, os homens econômicos, submetidos aos mesmos interesses e reagindo de modo idêntico em determinadas circunstâncias, que os economistas do século XIX definiram as características destes sujeitos econômicos e estabeleceram o padrão: o homo oeconomicus.

O que nos interessa salientar nesse "homem" de tão controversas definições é o seu comportamento maximizador, comportamento subjacente em todos os modelos correntes de Economia Política.

A lógica de maximização tem sempre um conteúdo ético: maximizar é um comportamento considerado correto para o indivíduo e para a sociedade. Maximizar é inerente a um padrão cultural que comporta uma moral, um dever ser (um dever ser incompatível com os ditames da "Economia Positiva").

(3) Veja-se, a este propósito, FONSECA (1989).

anômalos (por exemplo, bens de Giffen) têm de ser enquadrados dentro de um comportamento racional (a anomalia é transferida do sujeito para o objeto). Em síntese, embora muitos dos atuais manuais não comecem o texto como o fez, por exemplo, PARETO (1966), isto é, pelos comportamentos individuais e pelas curvas de indiferença e similares para depois entrar nos mecanismos de mercado, o certo é que um determinado quadro de comportamento continua a estar na base de todas as análises.

Falar em harmonização global ou parcial de comportamentos díspares é falar numa específica lógica de funcionamento do econômico. E esta lógica é a admissão de que os agentes econômicos não são homens concretos, mas estereótipos, a quem se atribui um determinado conjunto de objetivos e de formas de os atingir. Segundo a teoria corrente, a racionalidade dos agentes é aquilo que os economistas exigem deles para que os seus modelos tenham coerência.

Uma aceção mais realista, alternativa, seria considerá-la como as práticas efetivas dos cidadãos, num determinado contexto cultural, nas diversas atividades de produção, distribuição, circulação e consumo.

Muitas pistas de investigação e debate são dedutíveis das considerações anteriores. A idéia que agora pretendemos deixar patente é a da importância da problemática da racionalidade: *"a questão da racionalidade é, pois, ao mesmo tempo a própria questão epistemológica, da Economia Política enquanto ciência"* (GODELIER, sd, p. 18). Ao abordar este tema, onde a possibilidade de conflito teórico interno é extremamente aguda, estamos no cerne da construção científica desta ciência social.

Estudar a racionalidade é o nosso objetivo, mas tal não pode ser feito pela discussão do pensar, sentir e agir dos agentes econômicos. Com efeito, o agente é apenas um quase-homem (ou um super-homem) sem a dimensão histórica e social exigida por uma qualquer racionalidade. Ao "homem econômico" pode-se contrapor o "homem ético", o "homem contratual", o "homem sub-racional" (FONSECA, 1989) e muitos outros, mas um tal caminho é aceitar os quadros fundamentais de referência epistemológica. Estudar a racionalidade

dade econômica exige repensá-la, teorizá-la, captá-la dentro de um quadro que lhe é exterior.

1. Racionalidade em Profundidade e de Superfície

Assume-se a conceitualização específica da teoria do valor-trabalho, começando por uma breve justificação do recurso a tal "arca encoirada" ⁽⁴⁾ (teoria do valor) e à fênix renascida (valor-trabalho). Apenas algumas palavras (um tal debate aprofundado remeteria para o exterior do conteúdo do presente artigo):

- a) Recorrer à teoria do valor é procurar encontrar a dinâmica essencial e global do econômico (associar a teoria do valor exclusivamente à teoria dos preços seria uma delimitação sem razão). Como diz Dostaler *"o valor é o lugar de um debate de há mais de dois séculos mas sempre renovado. O valor é condicionado pela imagem que se faz da sociedade. Ele a condiciona: imobilismo ou transformação. O valor refere-se à organização, funcionamento e evolução da sociedade"* (DOSTALER, 1978, p. 7). O aparente abandono da teoria do valor é, freqüentemente, uma forma sutil de admissão, como hipótese não discutida, da teoria do valor-utilidade numa qualquer das suas variantes.
- b) A opção pela teoria do valor-trabalho radica numa reflexão epistemológica sobre a Economia Política, com uma fundamentação científica interdisciplinar susceptível de ultrapassar o velho debate entre materialismo e idealismo. Passa pelo conteúdo das categorias concreto/abstrato, concreto-sensível/concreto-do-conhecimento, objeto-real/objeto-teórico, fenómeno/essência, abstração/abstração-científica, do concreto-ao-abstrato/do-abstrato-ao-concreto, conhecimento-corrente/conhecimento-científico, realidade-fenomenológica/realidade-metafenomenológica. Todas elas nos revelam a importância da teoria do valor: restringir a realidade aos fenómenos seria transpor para o ontológico o que é gnoseológico.
- c) Outras razões de opção pela teoria do valor-trabalho encontram-se no primado objetivo, filogenético e ontogenético, do homem-ser-social sobre o homem-indivíduo-isolado - sem nunca aceitar a exclusividade de uma das vertentes; na sua natureza abrangente; nas suas capacidades explicativas e operacionalidade.

(4) Expressão portuguesa que designa os baús antigos, feitos de couro. Significa, portanto, coisa antiga, posta de lado.

Diga-se, por fim, que aderir a uma determinada teoria do valor não é retomar exclusivamente o que disseram os autores fundadores, ou seus continuadores, mas assumir como seu um instrumental teórico susceptível de adequação à realidade social e seu desenvolvimento. As categorias econômicas exprimem relações sociais. A dinâmica da construção teórica tem de ser superior à da realidade para garantir explicar esta e fazê-lo sempre melhor.

Justificada minimamente esta opção, consideremos a seguinte situação hipotética:

Emp.	Inst. Trab.	Obj. Trab.	Trab.	V(FT)/1	Q. Merc. %
A	50	20	35	18	20
B	80	18	14	8	30
C	100	14	4	2	50

Existem três empresas produtoras do mesmo valor-de-uso (logo, mercadoria ⁽⁵⁾) que se encontram em concorrência entre si para a venda da mercadoria, não existindo mais nenhuma nessa situação (logo, confinam o espaço geográfico-econômico de determinação do valor). A importância relativa de cada uma dessas empresas medida pelo número de unidades de mercadoria transacionadas está expressa nas respectivas quotas de mercado: 20%, 30% e 50%, respectivamente.

Cada uma das empresas tem uma estrutura produtiva própria e embora se admita que todas elas possuam o mesmo nível qualitativo de organização, durante o período considerado as quantidades de instrumentos de trabalho, de objetos de trabalho e de horas de trabalho foram diferentes: 50-20-35, 80-18-14 e 100-14-4.

(5) Mercadoria-essência é uma relação social entre produtores independentes inseridos numa dada divisão social do trabalho. Exprime-se em cada momento numa mercadoria-forma-relação e materializa-se numa mercadoria-forma-coisa. A este nível, mercadoria é a relação contraditória entre valor-de-uso e valor. Assim, "mercadoria", "valor-de-uso" e "valor" são três categorias que só existem em simultâneo. Uma não existe sem as outras.

Consideramos que as horas de trabalho retidas são de trabalho social: estão limpas da porosidade do trabalho e apenas se consideram as horas de trabalhadores coletivos produtivos. Todas as mercadorias produzidas por esses trabalhadores foram vendidas. A complexidade da força de trabalho é totalmente irrelevante para o problema ⁽⁶⁾.

Para facilitar o exemplo, sem provocar distorções, admitimos que os instrumentos de trabalho e os objetos de trabalho desgastam-se (transferem valor durante o período considerado) em 10% e 100%, respectivamente, nas três empresas.

Aplicando a lei do valor, isto é, assumindo que a produção, distribuição e troca se realizam com base nas quantidades de valor e que a quantidade de valor de cada uma das mercadorias corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução (produção no momento da venda), parte alíquota da massa de valor produzida, constatamos que a quantidade de valor de cada unidade da mercadoria é de 38 $[(5+20+35).0,2+(8+18+14).0,3+(10+14+4).0,5]$. Este montante expresso em horas de trabalho socialmente necessário exprime a quantidade de valor apropriado por unidade vendida por empresa (a concorrência gera um único preço).

A quantidade de valor criado é diferente de empresa para empresa (60, 40 e 28, respectivamente), o que significa que existe no processo de produção/troca uma transferência de valor entre empresas: a empresa A transfere, por unidade de mercadoria vendida, 22 unidades, a empresa B, 2 unidades, enquanto a empresa C recebe para além do produzido, por cada unidade vendida, 10. Estamos perante uma transferência de valor que se concretiza espontaneamente. Não é perceptível, mas é real. Tão real que se as empresas C e B tivessem 100% de mercado e se mantivesse o mesmo tipo de comportamento e importância relativa no mercado, a quantidade de valor da mercadoria seria de 32,5.

Retomando os valores anteriores e admitindo que a quantidade de valor transferido é uma parte do valor novo criado concluímos que as empresas A e B transferem 63% e 14% daquele.

(6) Em outras palavras, a redução do trabalho complexo ao trabalho simples é um problema sem sentido e sem validade no contexto da teoria do valor-trabalho.

Sabido que o trabalho e a força de trabalho são elementos diferentes de uma mesma relação e que a quantidade de valor da força de trabalho é uma variável que não depende, senão muito indiretamente, do valor das mercadorias produzidas como resultado da utilização da referida força de trabalho (aproximativamente poderemos considerá-las variáveis independentes), admitimos que o valor da força de trabalho utilizada para produzir uma unidade de valor-de-uso era de 18, 8 e 2, respectivamente, também em horas de trabalho social.

Estes montantes apontam para os seguintes valores por empresa e por unidade produzida:

Empr.	MV/1	L/1
A	17	-5
B	6	4
C	2	12

Isto é, a mais-valia unitária produzida por empresa é de 17, 6 e 2, respectivamente, mas o lucro (ou mais-valia apropriada ⁽⁷⁾, se pretendermos continuar a utilizar a mesma terminologia) unitário é de -5, +4 ou +12, respectivamente.

Obviamente, este exemplo é muito simplificado, não leva em conta a forma do valor (e não forma do preço) designada por preço de produção ⁽⁸⁾, não considera a alteração do conteúdo e a forma da concorrência com a modificação do número de empresas no mercado etc. Contudo, apresenta a virtualidade de permitir um exercício simples em torno da quantificação de algumas das categorias fundamentais da teoria do valor-trabalho, de distinguir claramente entre valor-produzido e valor-apropriado, entre mais-valia (produzida) e lu-

(7) As confusões entre os conceitos de mais-valia e lucro, resultantes de este ter a sua origem (não manifestada fenomenologicamente) naquela e na eventual igualdade de massas de ambos os agregados, têm impedido desenvolvimentos conceituais importantes e uma passagem da macro valor-trabalho para a sua micro.

(8) Já tivemos oportunidade noutros locais de insistir que entre os conceitos de valor, valor médio, valor de troca, preço de produção, preço e preço de mercado há apenas uma mudança de espaço "topológico" resultante da introdução dos conceitos de concorrência I (entre produtores do mesmo valor de uso) e de concorrência II (entre capitais no espaço de uma economia).

Apesar da sua singeleza, o exemplo permitiria fornecer elementos explicativos, necessários mas não suficientes, e variáveis quantificáveis para compreender fenômenos tão diversos como a economia subterrânea, o colonialismo e o neocolonialismo, a política econômica, mecanismos diversos de rentabilização do capital ⁽⁹⁾.

Esta leitura dos números é o resultado do entendimento da dinâmica do econômico. Façamos, agora, uma outra leitura dos mesmos números considerando apenas o que é visível fenomenologicamente no atual nível de desenvolvimento do conhecimento corrente:

Emp.	Inst. Trab.	Obj. Trab.	Salari/1	Preço/1	Q. Merc. %	L/1
A	50	20	18	38	20	-5
B	80	18	8	38	30	4
C	100	14	2	38	50	12

Estes dados referem-se exclusivamente à apropriação. Deles resulta que o lucro varia no mesmo sentido da quantidade de instrumentos de trabalho, da produtividade do trabalho. Quanto menores são os custos, maiores são os lucros. É uma leitura inegavelmente correta, suficiente para uma adequada política empresarial ⁽¹⁰⁾.

A leitura dos números é o resultado da maneira como os agentes econômicos designados de empresários (e todos a ele associados numa leitura da realidade) raciocinam e agem. A leitura que primeiramente fizemos é fenomenológica e metafenomenológica; a segunda, estritamente fenomenológica. A primeira é uma expressão do conhecimento científico e a segunda um

(9) Em outras palavras, o que está em jogo não é a existência de "economias" produtoras de mais-valia susceptível de ser apropriada por outras.

(10) O lucro é uma categoria central do capitalismo. Também o é, obviamente, da Economia Política do capitalismo. No entanto, a teoria neoclássica é, freqüentemente, acanhada na análise dessa variável. Simultaneamente existe alguma confusão entre o que determina o lucro e o que explica o lucro. Por meio destas ambigüidades, o "rendimento residual do empresário", a "inovação" e o "risco" são as explicações mais correntes. A elas se associa a rentabilidade do capital: *"Para onde olharia o leitor para determinar a rentabilidade do capital na economia americana? Geralmente, quando as empresas possuem capital, o rendimento deste fator é considerado no lucro (...) Este rendimento arriscado e volátil - lucro das empresas - continua a ser, apesar de tudo, uma forma de rentabilidade do capital"* (SAMUELSON & NORDHAUS, 1988, p. 809). Lucro e capital, capital como estoque de meios de produção ou abstinência, são conceitos muito próximos da teoria do valor-utilidade. Em outras palavras, estes resultados foram "forjados" pela aplicação da teoria do valor-trabalho a uma situação hipotética, mas já estamos numa articulação conceitual que também é aceita pela teoria do valor-utilidade.

prolongamento do conhecimento corrente. Qualitativamente diferentes, ambas apresentam coerência interna. Ambas têm a sua operacionalidade (com campos e formas de manifestação bastante distintos) mas à segunda cabe a maior destreza no terreno microeconômico, nas situações de normalidade, precisamente localizadas no espaço e no tempo.

Utilizando a terminologia corrente, e restringindo-nos à temática deste artigo, podemos dizer que o entendimento da dinâmica econômica expresso na primeira leitura é a expressão de uma **racionalidade em profundidade** e a interpretação da dinâmica econômica expressa na segunda é a expressão de uma **racionalidade de superfície**. Não existe uma valoração e hierarquização moral entre ambas mas existe uma maior operacionalidade gestonária da segunda ⁽¹¹⁾ e uma maior capacidade explicativa da primeira: a racionalidade em profundidade explica a própria existência da racionalidade de superfície, enquanto o inverso não é verdade. Entre ambas há, simultaneamente, harmonia e conflitualidade.

Temos, pois, duas racionalidades. E duas questões que são relevantes para a continuação da nossa análise: 1) Como se articulam (não se admitindo a hipótese de coexistência sem articulação) as duas racionalidades?; 2) Como integrar no corpo científico inerente à racionalidade em profundidade a conceitualização resultante da racionalidade de superfície ⁽¹²⁾?

(11) Maior operacionalidade fora das situações de crise.

(12) Assumindo a posição de BANCAL (1974, p. 27/8) existem duas seqüências lógicas possíveis de articulação das partes com o todo: "sistemas - estruturas - (dinâmicas) - grupos - agentes - (dinâmicas)" e "agentes - grupos - estruturas - sistemas - dinâmicas". Mais, existe algo de arbitrário entre a escolha de uma ou outra cadeia de análise teórica. Assumindo este fato será legítimo perguntar: não se poderia fazer a pergunta exatamente ao contrário? Respondemos negativamente por diversas razões:

1) O problema não pode ser analisado exclusivamente no interior da Economia Política. É, como referimos, uma questão epistemológica. Uma teoria explicativa que abrange a essência e o fenómeno é capaz de integrar as explicações divergentes do fenómeno. Em contrapartida, uma teoria do fenómeno é incapaz de abarcar as leituras da essência;

2) A teoria do valor-utilidade tem sido a teoria dominante na conceitualização associada à racionalidade de superfície. O seu aparecimento, na forma atual, surge como uma contracorrente aos modelos (de articulação do que se chamaria posteriormente macro-micro, ou macro) anteriormente elaborados;

3) A racionalidade em profundidade tem uma dimensão histórica e macro que escapa fortemente à racionalidade de superfície, embora esta só assuma inteira relevância quando perde a sua atemporalidade e a-espacialidade.

São duas questões de uma mesma problemática. A primeira, situa-se na interpretação da realidade social e, a segunda, na interpretação da forma de teorizar essa realidade dual.

A leitura de Lipietz pode fornecer os primeiros elementos para uma resposta à primeira questão. Ele decompõe a economia em esotérica (de alguma forma integrante do que designamos por racionalidade em profundidade) e exotérica (referente à racionalidade de superfície). Esta é *"a que se dá imediatamente a ver, com as suas leis aparentes"* (apud LIPIETZ, 1983, p. 7), e a esotérica aquela *"cujo funcionamento não se revela diretamente, que exige uma análise para explicitar as leis profundas, que dominam as da economia exotérica e cuja acção pode tornar vãs as intervenções que se apóiam sobre o funcionamento aparente da economia"* (apud LIPIETZ, 1983, p. 7). Consequentemente *"pode-se dizer que o sistema das conexões de superfície adquire uma certa autonomia e consistência, não só porque é a forma pela qual as relações internas aparecem para os agentes individuais mas também porque essas relações internas só são efetivamente reproduzidas através desse comportamento (...) dos intervenientes privados"* (LIPIETZ, 1983, p. 117).

A autonomia de cada uma das esferas do econômico não nega, segundo o mesmo autor, a existência de pontes relativamente sólidas: a correspondência global (assumindo a forma de um conjunto de igualdades) entre valores e preços, a qual é teoricamente expressa pela economia esotérica através das leis de passagem do valor aos preços de produção. Os rendimentos são o elo de ligação entre as duas economias. Exigem ligações mas não qualquer paralelismo no movimento de ambas as esferas: *"embora o esotérico possa explicar o exotérico, este não pode ser reduzido a uma simples forma de aparição do primeiro: ele guarda a sua autonomia e a sua eficácia própria"* (LIPIETZ, 1983, p. 22). Essa autonomia conduziria ou a espontâneos ajustamentos ou a situações de crise: *"Mas os defasamentos manifestam-se ou por oscilações superficiais que se compensam a curto prazo, ou por uma acumulação progressiva de divergências que ou conduzem a uma crise, [a um] retorno violento, visível, às antigas relações ou são reconhecidos, mas muito lentamente, como uma mudança das condições e acabam por se impor"* (MARX, 1976, III, p. 608) ⁽¹³⁾.

(13) Esta componente crise é particularmente importante. Ela explica a relação contraditória entre a maior capacidade gestonária de uma racionalidade e a maior capacidade explicativa, logo associada à essência, da outra.

No que se refere à descrição da dinâmica das duas racionalidades, esta leitura parece extremamente importante e concludente, explicitando algumas tendências que poderiam ser deduzíveis do exemplo numérico inicialmente apresentado.

Mas esta leitura também é bastante esclarecedora no que tem de errado: em vez de duas racionalidades de um mesmo econômico, considera duas economias; a autonomia que é relativa tende a absolutizar-se. Para duas economias, duas lógicas, para duas lógicas, duas teorias. À teoria da economia esotérica caberia a vaidade de conseguir explicar o brotar (e só isso) da outra e o conteúdo da ponte de ligação. A segunda ficaria com o não menor narcisismo de ser operacional no quotidiano, apenas tendo de pagar a fatura de algumas crises.

Aproveitando esta crítica para o início de resposta à segunda pergunta, convém apontar para a necessidade de se ter em conta que mesmo na "economia exotérica" as categorias econômicas são a conceitualização de relações sociais, que existe um único econômico, que o corte epistemológico do conhecimento científico em relação ao conhecimento corrente - em mutação histórica, transformando em fenómeno o que no passado era essência: *"o critério da verdade em cada época é o da correspondência entre o conhecimento considerado e a realidade; mas não a realidade em si (...) mas a realidade tal como se revela à experiência humana adquirida até aquela época"* (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 633) - passa exatamente pela capacidade de integrar num todo coerente o fenomenológico e o metafenomenológico.

A leitura científica das duas vertentes do econômico, associadas à racionalidade em profundidade (consubstanciadas, grosso modo, na teoria do valor-trabalho), surge incompleta por não conseguir integrar as interpretações das formas de manifestação de uma dessas mesmas vertentes, da dinâmica associada à racionalidade em superfície. É um conteúdo sem forma (completa); é a adoção da separação metafísica entre estas duas faces da mesma realidade. Por outro lado, a leitura científica das vertentes do econômico, associadas à racionalidade de superfície (consubstanciada essencialmente na teoria do valor-utili-

dade), reduz-se frequentemente ao contingente, assume a forma como conteúdo e é incapaz de explicar a unidade da diversidade de manifestações resultantes do funcionamento das leis da racionalidade em profundidade, de assumir as catástrofes dos conflitos, as crises.

Esta síntese interpretativa da unidade "econômico" é uma exigência epistemológica da Economia Política e do enquadramento desta ciência no conjunto das ciências sociais: *"o agente sócio-econômico revela-se sociologicamente como um homem total: um produtor, uma pessoa social e um ser racional"* (BANCAL, 1974, p. 45). Por outras palavras, *"a conduta do agente consciente e voluntário aparece constantemente como uma combinação variável de liberdade conquistada (pelo agente), de relações requeridas (entre os agentes e entre agentes e grupos) e de imposições precisas (dos outros agentes, dos grupos, das estruturas e dos sistemas)"* (BANCAL, 1974, p. 59).

A tarefa científica é integrar no corpo científico inerente à racionalidade em profundidade a conceitualização resultante da racionalidade de superfície; é passar da justaposição de duas teorias para uma única; é posicionar e interligar a teoria do valor-utilidade com a teoria do valor-trabalho. A questão que se coloca é saber como isto é possível quando os pressupostos subjacentes a cada uma das teorias são manifestamente diferentes e as categorias operacionais também. O que está em debate é o ponto de partida e, simultaneamente, a hierarquização conceitual.

2. O Problema do Ponto de Partida da Investigação

Exigindo uma conceitualização futura mais rigorosa poderemos considerar, desde já, as seguintes vertentes de abordagem do problema:

- 1) A integração gnoseológica da racionalidade de superfície na racionalidade em profundidade, o relacionamento entre esta e a dimensão social do homem via teoria do valor-trabalho, tendem a privilegiar como ponto de partida da análise uma leitura histórica, dialética, do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, das relações constitutivas de um processo quantitativo e qualitativo de

transformação. Tal fato não fere a necessidade de articulação do social com o individual, a conjugação das leis objetivas com o livre-arbítrio individual. Apenas a assume dentro da sua própria lógica. A "oposição" entre sociedade e indivíduo ou é uma mistificação resultante da adoção de conceitos, como necessidades e instintos, atribuíveis a uma essência sem tempo nem espaço, ou é *"uma forma derivada de oposição da sociedade com ela mesma"* (SEVE, 1981, p. 52). O homem concreto - que a Economia Política tanto procura -, com os seus modos de vida, sentidos, racionalidade e afetividade, só existe enquanto conjunto de relações sociais. *"Os homens pensam que são livres pela única razão de que são conscientes dos seus actos e ignorantes das causas que os determinam"* (apud CHATELLET, 1987, II, p. 125), porque a liberdade individual está em relacionamento permanente com a necessidade histórico-social.

- 2) As relações entre a maneira de pensar de cada um dos agentes, a sua racionalidade e as lógicas de funcionamento do econômico, das racionalidades em profundidade e de superfície são de uma grande diversidade. Podem assumir múltiplos matizes. Tem a ver com o seu posicionamento individual nas classes e grupos sociais (*"os grupos socialmente dominantes constroem o seu mundo de uma forma muito mais estrita que os grupos menos dominantes ou que os grupos dominados"* (NUNES, 1984, p. 73)); com os processos de aceitação ou filtragem da informação; com os aparelhos ideológicos e sua atividade; com a experiência individual como intervenientes na economia e como produtores de ideologia etc. Dentro deste contexto, assumindo a racionalidade de cada agente simultaneamente como componente da lógica de funcionamento global e como produto cultural, convém não esquecer: as próprias interpretações dominantes do pensamento econômico forjam a sua própria racionalidade.

Como diz Marx, *"a história social dos homens não é mais do que a história do seu desenvolvimento individual, tenham ou não consciência disso. As suas relações materiais formam a base de todas as suas relações. Estas relações materiais são as formas necessárias através das quais a sua actividade material e individual se realiza"* (apud SEVE, 1981, p. 108).

A adoção do materialismo histórico como ponto de partida concilia integralmente a coexistência, eventualmente conflitante, entre o conjunto de leis

econômicas associadas à racionalidade em profundidade e as explicitadoras da dinâmica associada à racionalidade de superfície.

Esse ponto de partida torna necessário repensar as categorias do materialismo histórico e compreender que elas assumem uma dimensão simultaneamente social e individual. Tal passa - tomando muito da conceitualização adotada por Seve (1981) - por aplicar os conceitos de estrutura e superestrutura ao conjunto da sociedade e a cada indivíduo.

Ao conceito de estrutura social como conjunto de relações sociais de produção corresponde o de estrutura individual como conjunto de relações sociais em que o indivíduo se insere: *"é constituída pelo conjunto de actividades que a (personalidade] produzem e a reproduzem, onde figura não só o trabalho social, mas as actividades pessoais e as relações interpessoais que, à sua maneira, desenvolvem as capacidades, satisfazem necessidades, geram um produto psicológico* (SEVE, 1981, p. 252) *(logo) o emprego do tempo é a realidade infra-estrutural da personalidade desenvolvida"*(SEVE, 1981, p. 410).

Ao conceito de superestrutura social - conjunto de estruturas histórico-sociais (políticas, ideológicas, teóricas etc.) que formam uma unidade com uma base determinada - corresponde o de superestrutura individual como personalidade, como individualidade psíquica.

Nos dois casos, estrutura e superestrutura só têm significado enquanto termos de uma relação. Até aqui não há mais que uma adaptação de conceitos. Contudo, a aplicação do materialismo histórico ao binômio sociedade-indivíduo exige uma reanálise das relações entre elas: relação determinante da estrutura social sobre a superestrutura social, entre a estrutura social e a estrutura individual - *"a divisão social do trabalho humano, com o conjunto das suas conseqüências, é a base social mais profunda e geral da individualização de cada homem"* (SEVE, 1981, p. 346) -, mas de relacionamento mais complexo entre estrutura individual e superestrutura individual, entre superestrutura social e superestrutura individual. Relações obedecendo certamente a leis, mas com um conjunto tal de especificidades que torna cada indivíduo como um caso - por isso Seve propõe o estudo da personalidade através da biografia.

Isso significaria que a Economia Política passaria de uma "física" abstrata de necessidades (na concepção neoclássica) para um estudo de cada caso individual, ficando "retida" no concreto? Seria possível construir uma ciência numa tal base? As respostas a estas questões não são simples. Exigirão uma abordagem mais completa e rigorosa do que a que fazemos aqui, mas pensamos que devem estar presentes os seguintes elementos:

- 1) O que está em jogo não é a elaboração da Economia Política como nova ciência, mas a articulação de muitos dos corpos teóricos que até hoje têm tido existências conceituais autônomas;
- 2) O concreto não desvaloriza a construção científica. Por isso mesmo *"o abstracto não é o contrário do concreto mas um ciclo no movimento do próprio concreto, é o concreto que não se revela, não se desdobra, não se desenvolve"* (ROSENTHAL, 1972, p. 370) e o concreto é unidade da diversidade. Por isso, o concreto do conhecimento é sempre um ponto de chegada, de ascensão do abstrato ao concreto, e esse concreto conceitual reflete tanto mais o concreto sensível quanto mais for capaz de reter na diversidade as relações essenciais da unidade. Em outras palavras, não se pode confundir a generalidade abstrata (instinto, necessidades, "racionalidade" de máquina calculadora) com a essência real (necessidades localizadas no tecido social, no espaço e no tempo) e esta é que é importante na construção científica.
- 3) O ponto de partida considerado para a reelaboração da Economia Política permite articular a dinâmica inerente à racionalidade em profundidade com as múltiplas dinâmicas de superfície, a diversos níveis micro de desagregação do econômico. Para cada um desses níveis será possível, num esforço interdisciplinar com as restantes ciências sociais, encontrar as racionalidades de superfície dominantes. Só que estas deixam de ser padrões forjados pelo economista na busca da harmonia do todo, para passarem a ser elementos de um subespaço social, localizado no tempo. Não haverá uma leitura única da racionalidade em profundidade e uma racionalidade em superfície universal. Existem diversas leituras da racionalidade em profundidade (conforme o objeto de estudo e as articulações a fazer) e diversas racionalidades de superfície. Esta diversidade se, por um lado, coloca complexos problemas de articulação conceitual, eventualmente alguns insanáveis,

permite o confronto de diversas leituras e a redução dos *a priori* epistemológicos.

O conceito de consciência possível de Goldmann parece ser uma boa categoria de intermediação entre a racionalidade em profundidade e as diversas racionalidades de superfície:

"Em sociologia o conhecimento se encontra no duplo plano do sujeito que conhece e o objeto estudado, pois até os comportamentos exteriores são comportamentos de seres conscientes que julgam e escolhem, com maior ou menor liberdade, sua maneira de agir (...) o historiador e, sobretudo, o sociólogo devem levar em conta ao menos um fator intermediário entre eles, o máximo de consciência possível das classes que constituem a sociedade a ser analisada.

A consciência real resulta de múltiplos obstáculos e desvios que os diferentes fatores da realidade empírica opõem e infligem à realização dessa *consciência possível*. Assim como é essencial para compreender a realidade social não mergulhar e não confundir a ação do grupo social essencial, a classe, na infinita variedade e multiplicidade das ações de outros grupos e até dos fatores cósmicos, também é essencial separar a consciência possível duma classe de sua consciência real num certo momento histórico, resultante das limitações e dos desvios que as ações dos outros grupos sociais assim como os fatores naturais e cósmicos infligem a essa consciência de classe" (GOLDMANN, 1986, p. 98-99).

É uma boa categoria desde que seja depurada de uma ligação estrita às classes sociais ⁽¹⁴⁾. Retomando a lógica de Patinkin e fazendo uma primeira transposição poderíamos dizer que as consciências possíveis geram curvas que exprimem uma determinada racionalidade e a consciência real leva quase sempre a comportamentos exteriores às respectivas curvas.

(14) Não negamos o caráter fundamental das classes sociais no tecido social e a importância do conceito de consciência possível a elas aplicado. O que pretendemos dizer com esta observação é que aquele conceito tem uma operacionalidade bastante mais ampla, permite captar múltiplos fenômenos ao nível de outros agregados sociais.

Esta reconstrução da Economia Política exige uma reelaboração integral dos conceitos que passa, sobretudo, pela articulação de categorias de teorias específicas de diversas racionalidades. Como avançamos num outro trabalho (PIMENTA, 1989), de tentativa de articulação entre as teorias do valor-trabalho e do valor-utilidade, existe entre ambas um conjunto de pontos comuns e as grandes diferenças situam-se nos pressupostos epistemológicos e no método, na localização histórica do modelo, na hierarquização das categorias e no grau da sua "sociabilidade"⁽¹⁵⁾.

2. Conclusão Inconclusiva

Pretendemos chamar a atenção para a existência de diferentes, qualitativa e quantitativamente, racionalidades - atribuindo-lhe o sentido materialista explicitado em nota anterior -, para as relações entre elas, para a correspondência entre racionalidade, agentes, homem-cidadão e coerência lógica dos modelos sobre o econômico.

Repensar a racionalidade ⁽¹⁶⁾ só é exequível do exterior desse conceito, a partir da história social e individual. O materialismo histórico fornece as chaves dessas leituras embora exija um seu desenvolvimento conceitual para albergar as relações contraditórias entre estruturas e superestruturas e entre estas categorias sociais e individuais.

A racionalidade em profundidade e a racionalidade de superfície desdobram-se, na sua articulação, em diversas racionalidades, coexistindo ou habitando diferentes áreas e tempos do tecido social, articuladas na relação entre consciência possível e consciência real. A maior capacidade explicativa da consciência em profundidade, categoria associada a uma conceitualização teórica, traduz-se, objetivamente, na delimitação da operacionalidade da racionalidade de superfície, categoria esta de uma conceitualização teórica diferente. Esta gere uma dada situação localizada no espaço e no tempo considerada "nor-

(15) Este ponto será objeto de investigação posterior.

(16) Repensar a racionalidade também significa repensar a importância, ou não, do conceito para a elaboração de uma teoria científica do econômico.

mal", enquanto as crises são a expressão da inadequação da racionalidade de superfície em relação à racionalidade em profundidade.

A interdisciplinaridade entre Economia Política e restantes ciências sociais é a chave da teorização das racionalidades de superfície e sua relação com a de profundidade⁽¹⁷⁾. A Economia Política desempenha o seu papel no quadro dessa interdisciplinaridade retomando a teoria do valor como instrumento teórico fundamental, não "arca encoirada" mas semente de algo novo, mais operacional que as atuais teorias econômicas.

Referências Bibliográficas

- BANCAL, Jean. *L'économie des sociologues - objet et projet de la sociologie économique*. Paris, PUF, 1974.
- CHATELET, Francois & AAVV. *História da filosofia - de Galileu a Rousseau*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1987.
- COTTA, Alain. *Dicionário de economia*. 3ª ed., Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1977.
- DOSTALER, Gilles. *Valeur et prix. Histoire d'un débat*. Paris, Maspero/PUG/PGQ, 1978.
- FONSECA, Eduardo G. da. Comportamento individual: alternativas ao homem econômico. *Novos Estudos. CEBRAP*, 25: 151-176, 1989.
- GODELIER, Maurice. *Racionalidade e irracionalidade na economia*. Trad. Maura R. Sardinha, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, s/d.
- GOLDMANN, Lucien. *Ciências humanas e filosofia. O que é a sociologia?* Trad. Lupe Garaude e José Giannotti, 1ª ed., São Paulo, DIFEL, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Dialética do conhecimento*. São Paulo, Brasiliense, 1983.
- LIPIETZ, Alain. *Le monde enchanté de la valeur à l'envol inflationniste*. Paris, Maspero, 1983.
- MARX, Karl. *Théories sur la plus-value*. Trad. Gilbert Badia e outros, Paris, Editions Sociales, 3 vol., 1976.
- NUNES, A. Seda. *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. 8ª ed., Lisboa, Presença/GIS, 1984.
- PARETO, V. *Manuel d'économie politique*. 4ª ed. Genebra, Liv. Droz, 1966.
- PATINKIN, Don. *Dinero, Interés y precios*. Trad. Jose Porras e Francisco Cordoba, Madrid, Aguilar, 1959.
- PIMENTA, Carlos. Crise e valor. Notas avulsas sobre a crise da economia política e as funções. *Vértice - Nova Série*, 14: 51-65, 1989.
- ROSENTHAL et alii. *Dicionário filosófico*. Lisboa, Ed. Estampa, 5 vol., 1972.
- SAMUELSON, P. & NORDHAUS. *Economia*. 12ª ed., Lisboa, McGraw-Hill, 1988.
- SEVE, Lucien. *Marxisme et théorie de la personnalité*. Paris, Editions Sociales, 1981.

(17) Logo também da relação entre racionalidade no sentido materialista e racionalidade no sentido idealista.